



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍLIA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

**002. PROVA OBJETIVA**

**PROCURADOR JURÍDICO**

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 70 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Assinale a alternativa correta a respeito do controle de constitucionalidade brasileiro.
- (A) A modulação dos efeitos da decisão proferida pelo STF aplica-se nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, por razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, mas não se aplica no controle difuso.
  - (B) Não viola a cláusula constitucional de reserva de plenário a decisão do órgão fracionário de tribunal que não declara expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, mas apenas afasta a sua incidência, parcial ou totalmente.
  - (C) O controle preventivo de constitucionalidade exercido, pela via de exceção, a pedido de parlamentar federal, contra projeto de lei que viole o devido processo legislativo, deverá ser extinto pelo STF se o autor vier a perder o mandato parlamentar durante o trâmite da respectiva ação.
  - (D) Podem ser objeto de controle de constitucionalidade por meio do ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade perante o STF as leis e atos normativos federais e municipais, bem como as medidas provisórias, as emendas constitucionais e súmulas vinculantes por violação direta com o texto da Constituição Federal.
  - (E) Na hipótese de estar em curso, perante o STF, ação direta de inconstitucionalidade em face de lei que venha a ser posteriormente revogada, o respectivo processo objetivo deverá ter prosseguimento até a sua decisão final, como regra, em observância ao princípio da máxima efetividade e da força normativa da Constituição.
02. Determinado partido político protocolou representação junto ao Tribunal de Contas do Estado questionando a legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão de servidores nomeados pela Câmara Municipal de Marília, em cargos de provimento em comissão. Nessa situação hipotética, considerando o direito brasileiro a respeito da matéria, é correto afirmar que a referida representação
- (A) não tem amparo constitucional, por faltar legitimidade aos partidos políticos para apresentar esse tipo de questionamento perante o Tribunal de Contas.
  - (B) deve ser admitida, pois é atribuição do Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração.
  - (C) não pode ser admitida, uma vez que o Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Poder Legislativo, não tem competência para apreciar e julgar atos editados pelas Câmaras Municipais.
  - (D) não tem amparo constitucional, pois o Tribunal de Contas não tem competência para rever atos de admissão de pessoal na Administração Pública, nem tampouco da Câmara Municipal.
  - (E) não pode ser admitida, uma vez que o Tribunal de Contas não pode apreciar a legalidade de atos de admissão de servidores em cargos em comissão, para fins de registro.
03. Ao deparar-se com caso de calamidade pública na cidade, o Prefeito de um Município editou uma medida provisória, para enfrentar esse grave problema que aflige a população. Nessa situação hipotética, considerando o disposto no direito brasileiro, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria, é correto afirmar que a medida provisória editada pelo Prefeito
- (A) é inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal veda aos Prefeitos editarem medidas provisórias, espécie normativa exclusiva do Presidente da República.
  - (B) é constitucional, desde que prevista na Constituição do Estado e na Lei Orgânica do Município.
  - (C) é inconstitucional, uma vez que, embora seja permitida em âmbito municipal, não poderia ser editada para os fins pretendidos, no caso.
  - (D) é constitucional, pois o Supremo Tribunal Federal já pacificou o entendimento do seu cabimento em âmbito municipal, bastando que haja previsão na Lei Orgânica.
  - (E) é constitucional, pois o Supremo Tribunal Federal já pacificou o entendimento do seu cabimento em âmbito municipal, bastando que haja previsão na Constituição do Estado.

- 04.** Assinale a alternativa correta a respeito da disciplina constitucional das comissões parlamentares de inquérito (CPIs).
- (A) Na hipótese de criação de uma CPI pela Câmara dos Deputados, o respectivo requerimento deve ser subscrito pelo número mínimo de 171 Deputados, enquanto que no Senado esse número deve ser de 41 Senadores.
  - (B) É admissível a instauração de mais de uma CPI simultaneamente dentro de mesma Casa Legislativa, sendo inconstitucional a eventual limitação de um número máximo de CPIs pelo Regimento Interno da Casa.
  - (C) A CPI é dotada de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, o que lhe confere poderes instrutórios, podendo, por exemplo, determinar diligências, convocar ministros para depor e requisitar testemunhas.
  - (D) Caso necessário, a CPI poderá determinar a busca domiciliar, decretar a quebra do sigilo das comunicações telefônicas e expedir medidas assecuratórias, com base no poder judicial de cautela.
  - (E) A CPI encaminhará ao Presidente da respectiva Casa Legislativa o relatório final dos trabalhos, que, uma vez comprovadas as condutas ilícitas, deverá determinar as penalidades e condenações impostas aos investigados.
- 05.** Herculano é Deputado Federal e está sendo submetido a processo que poderá levá-lo à perda do mandato. Em face dessa situação, Herculano pretende renunciar ao mandato eletivo. Nessa situação hipotética, considerando o que estabelece o direito brasileiro, a renúncia de Herculano
- (A) não poderá ser aceita, se o processo já tiver se iniciado.
  - (B) poderá ser aceita a qualquer tempo e o processo, então, será arquivado.
  - (C) terá seus efeitos suspensos e só será aceita se não for decretada a perda do mandato.
  - (D) poderá ser aceita até o momento de sua intimação para depor no processo.
  - (E) ficará suspensa e somente será aceita após a decisão final pela perda do mandato.
- 06.** Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos e garantias fundamentais.
- (A) Na hipótese de o cidadão não ser atendido no exercício do direito de petição, o remédio constitucional cabível é o *habeas data*.
  - (B) Uma modalidade de desapropriação-sanção, com pagamentos em título da dívida pública, é a expropriação de propriedade na qual foram localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas.
  - (C) A gravação telefônica clandestina, feita por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro, sem ordem judicial, é considerada ilícita pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (D) As denominadas “biografias não autorizadas” foram consideradas, pelo STF, violadoras do direito à intimidade e à privacidade, por não contarem com o expresso consentimento da pessoa biografada.
  - (E) Conforme entendimento do STF, o sigilo de informações necessárias para a preservação da intimidade é relativizado quando envolver interesse da sociedade de se conhecer o destino de recursos públicos.
- 07.** Hércules é servidor público, ocupante de cargo de provimento efetivo, e foi eleito para exercer o mandato de Vereador. Nessa situação hipotética, considerando que há compatibilidade de horários, a Constituição Federal estabelece que Hércules
- (A) poderá continuar exercendo as atribuições do seu cargo no Município, e poderá acumular as vantagens do cargo com a remuneração do mandato.
  - (B) não poderá acumular os cargos, e deverá se afastar das suas funções no Município, e perceberá apenas a remuneração do mandato.
  - (C) será afastado do cargo no Município, mas lhe será facultado optar pela sua remuneração.
  - (D) poderá continuar exercendo as suas funções e percebendo a remuneração do cargo municipal e exercer o mandato, mas sem remuneração.
  - (E) terá que pedir exoneração do cargo que ocupa no Município, tendo em vista a vedação constitucional de acumulação de cargos públicos.
- 08.** Assinale a alternativa que está em conformidade com as súmulas do Supremo Tribunal Federal.
- (A) É competente o Município para legislar sobre registros públicos e proteção e tratamento de dados pessoais, desde que para atender interesse local.
  - (B) Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
  - (C) Contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município cabe recurso extraordinário.
  - (D) É inconstitucional a fixação de adicional progressivo do imposto predial e territorial urbano em função do número de imóveis do contribuinte.
  - (E) Os Municípios têm competência para regular o horário do comércio local, independentemente do que dispõem leis estaduais ou federais sobre a matéria.

09. Considere que, no âmbito do município ABC, foi editada uma Lei permitindo expressamente a contratação de servidores temporários sem prévia realização de concurso público. Meses depois, a referida Lei foi declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça competente, mas durante sua vigência diversos servidores temporários foram contratados com base no diploma legislativo. Em face dessas contratações, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa contra José, autoridade municipal que promoveu tais contratações. Com base na situação hipotética, no disposto na Lei nº 8.429/92 e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) José cometeu ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (B) a multa a ser cominada a José pode ser aumentada até o dobro, se o juiz considerar que, em virtude da sua situação econômica, o valor calculado for ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
- (C) a contratação de servidores públicos temporários sem concurso público, mas baseada em legislação local, não configura a improbidade administrativa, por estar ausente o elemento subjetivo.
- (D) independe de dolo específico a caracterização de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (E) a José será determinado o pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da sua remuneração.

10. De acordo com o Decreto nº 6.017/2007, o pacto firmado exclusivamente por entes da Federação, com o objetivo de autorizar a gestão associada de serviços públicos, desde que ratificado ou previamente disciplinado por Lei editada por cada um deles, é denominado de

- (A) contrato de rateio.
- (B) contrato de programa.
- (C) termo de parceria.
- (D) convênio de cooperação entre entes federados.
- (E) contrato de gestão.

11. A respeito da Intervenção do Estado no domínio econômico, assinale a alternativa correta.

- (A) Um dos principais mecanismos para a promoção da concorrência é a fragmentação da estrutura da prestação dos serviços que, basicamente, pode ocorrer de três formas: contábil, jurídica e societária.
- (B) Para aplicação da teoria do compartilhamento compulsório das redes e infraestruturas (*essential facilities doctrine*) existem apenas dois requisitos: controle da *essential facility* por um agente monopolista e viabilidade técnica de acesso.
- (C) O controle prévio e reiterado de preços no mercado é visto como uma prática a ser incentivada pela doutrina do direito econômico regulador.
- (D) Existem exclusivamente três mecanismos para promoção da concorrência: liberdade de entrada, liberdade relativa de preços e fragmentação da estrutura da prestação dos serviços.
- (E) A implementação da Análise de Impacto Regulatório (AIR) passa necessariamente por apenas duas fases: inicial/expositiva e final/decisória.

12. Maria, servidora pública, comprovou o preenchimento de todos os requisitos para obter a progressão funcional prevista em lei. No entanto, seu pedido foi negado, tendo como fundamento a superação dos limites orçamentários previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, referentes a gastos com pessoal do ente público. Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) a progressão funcional não pode ser concedida, pois se trata de forma de provimento derivado de cargo que ofende o princípio do concurso público.
- (B) o ato administrativo do órgão superior da categoria que concede a progressão funcional é completo e, por isso, depende de homologação ou da manifestação de vontade de outro órgão.
- (C) como a progressão funcional é direito subjetivo do servidor público, uma vez atendidos todos os requisitos legais, é ilegal o ato de não concessão de progressão funcional, a despeito de superados os limites orçamentários previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (D) a Lei de Responsabilidade Fiscal veda aos órgãos que tenham incorrido em excesso de despesas com pessoal, a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, ressalvado apenas os direitos derivados de sentença judicial.
- (E) o ato que concede a progressão funcional é discricionário e complexo, dependendo da chancela da Secretaria de Administração.

13. De acordo com a Lei nº 8.666/93, interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de
- (A) 24 horas.
  - (B) 48 horas.
  - (C) 05 dias corridos.
  - (D) 05 dias úteis.
  - (E) 15 dias úteis.
14. A respeito da Desapropriação, assinale a alternativa correta.
- (A) Os entes federados são os únicos que têm competência declaratória em matéria de desapropriação.
  - (B) Na expropriação confiscatória, a indenização vai depender da comprovação de que não houve dolo e a competência é exclusivamente da União.
  - (C) A desapropriação de bens públicos, inclusive a amigável, independe de autorização legislativa.
  - (D) Com a declaração formal de utilidade pública do bem, inicia-se o prazo de caducidade do decreto expropriatório, que é de 10 (dez) anos.
  - (E) A imissão provisória na posse do bem pelo Poder Público pressupõe a declaração de urgência e o depósito prévio.
15. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 8.080/90.
- (A) Caberá à União e aos Estados, com dotações próprias, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
  - (B) No âmbito do Sistema Único de Saúde, é vedada a internação domiciliar.
  - (C) À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.
  - (D) A vigilância nutricional e a orientação alimentar são áreas que não estão expressamente incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde.
  - (E) Em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública, deve ser adotado procedimento padrão para a remessa de patrimônio genético ao exterior, sob pena de cometimento de improbidade administrativa.
16. Os regulamentos produzidos em situações de urgência, no chamado estado de necessidade administrativo, são denominados de regulamentos
- (A) executivos.
  - (B) discricionários.
  - (C) autorizados.
  - (D) de necessidade.
  - (E) vinculados.
17. Nos termos da Lei nº 9.637/98, são requisitos específicos para que as entidades habilitem-se à qualificação como organização social, dentre outros:
- (A) ser estruturada como pessoa jurídica de direito privado, com ou sem fins lucrativos.
  - (B) obrigatoriedade de publicação semestral, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão.
  - (C) ter diretoria composta por pelo menos 09 (nove) membros, com ensino superior completo e reputação ilibada.
  - (D) previsão expressa de um conselho de administração, conselho fiscal e ouvidoria independente.
  - (E) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.
18. A respeito do Processo Administrativo Disciplinar (PAD), é correto afirmar que
- (A) deve ser instaurado mediante provocação, com posterior citação pessoal do acusado para apresentação de defesa.
  - (B) é permitida a prova emprestada, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.
  - (C) excesso de prazo para conclusão do PAD é causa de nulidade absoluta, de acordo com recente decisão do STJ.
  - (D) a comissão composta por 07 (sete) servidores estáveis deverá elaborar parecer final que vinculará a decisão administrativa.
  - (E) existem quatro espécies de sindicância, a preliminar ao processo principal, a sumária, a total e a definitiva.

19. No que diz respeito à consolidação das leis, preservando-se o conteúdo normativo original dos dispositivos consolidados, poderão ser feitas as seguintes alterações nos projetos de lei de consolidação:

- (A) introdução de novos artigos, sendo vedadas novas divisões no texto legal base.
- (B) diferente colocação e numeração dos artigos consolidados.
- (C) homogeneização da localização de órgãos e entidades da administração pública.
- (D) eliminação de termos antiquados e modos de escrita ultrapassados.
- (E) supressão de dispositivos não recepcionados pela Constituição Federal.

20. Assinale a alternativa que corresponde a uma tese do Superior Tribunal de Justiça acerca dos direitos inerentes à personalidade.

- (A) A pretensão de reconhecimento de ofensa a direito da personalidade prescreve no prazo de 10 (dez) anos.
- (B) A ampla liberdade de informação, opinião e crítica jornalística reconhecida constitucionalmente à imprensa é um direito absoluto.
- (C) Depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- (D) O dano moral extrapatrimonial atinge direitos de personalidade do grupo ou da coletividade como realidade massificada, sendo necessária a demonstração da dor, da repulsa, da indignação.
- (E) O exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral.

21. É nula a condição

- (A) puramente potestativa.
- (B) simplesmente potestativa.
- (C) mista.
- (D) perplexas.
- (E) contraditórias.

22. João, de dezessete anos, é testemunha sobre situação relativa a negócio jurídico cujo valor é superior a dez vezes o valor do salário-mínimo vigente no país. Soraia, sobre fato que só ela conhece, embora seja amiga íntima de uma das partes. Matheus, colateral de quarto grau por consanguinidade de uma das partes.

Diante das situações narradas, podem ser admitidos os depoimentos de

- (A) João, Soraia e Matheus.
- (B) Apenas Matheus.
- (C) Apenas João e Soraia.
- (D) Apenas João e Matheus.
- (E) Apenas Soraia e Matheus.

23. Acerca do contrato de mandato, assinale a alternativa correta.

- (A) O mandato deve ser expresso, podendo ser outorgado de maneira verbal ou por escrito.
- (B) A aceitação do mandato deve ser expressa e resulta do começo da execução.
- (C) O mandato em termos gerais confere poderes para alienar, hipotecar e transigir.
- (D) Ainda quando se outorgue mandato por instrumento público, pode substabelecer-se mediante instrumento particular.
- (E) Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são inexistentes em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar.

24. São requisitos urbanísticos para loteamento que

- (A) os lotes tenham área mínima de 100 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.
- (B) a reserva de faixa não edificável ao longo das faixas de domínio público das rodovias seja de, no mínimo, 10 (dez) metros de cada lado, não podendo ser reduzida por lei municipal.
- (C) as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, sejam relativas a 10% (dez por cento) da área total do loteamento.
- (D) a reserva de faixa não edificável ao longo das faixas de domínio público das ferrovias seja de, no mínimo, 10 (dez) metros de cada lado.
- (E) as vias de loteamento devem articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.

25. Acerca das fontes do Direito Processual Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) O ordenamento jurídico brasileiro adotou a visão da *commom law* ao definir apenas os procedentes judiciais como fontes formais primárias.
  - (B) As fontes formais acessórias são utilizadas sempre que se adotar a utilização das fontes formais primárias.
  - (C) As fontes não formais são utilizadas para suprir as lacunas deixadas pelas fontes formais primárias, como, por exemplo, a analogia.
  - (D) A doutrina e jurisprudência esparsa são consideradas como fontes formais acessórias.
  - (E) Os enunciados das Súmulas Vinculantes são considerados como fontes formais.
26. É correto afirmar que a fase ordinatória é uma fase do
- (A) procedimento que abrange as providências preliminares, o julgamento conforme o estado do processo e o saneamento.
  - (B) procedimento que abrange a produção das provas e deve estar presente em todos os tipos de procedimento.
  - (C) processo, assim como a postulatória, instrutória e decisória.
  - (D) processo que consiste nos atos de postulação das partes.
  - (E) processo que, assim como a instrutória, não é obrigatória, a depender da situação no caso concreto.
27. Acerca do procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, assinale a alternativa correta.
- (A) A tutela antecipada requerida em caráter antecedente torna-se estável se da decisão que não a conceder não for interposto o recurso, sendo que neste caso o processo será extinto.
  - (B) Apenas a parte vencida poderá demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada.
  - (C) O direito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada extingue-se após 2 (dois) anos, contados da data em que foi proferida a decisão que extinguiu o processo.
  - (D) A decisão que concede a tutela fará coisa julgada entre as partes, sendo objeto de ação rescisória.
  - (E) A tutela antecipada conservará seus efeitos enquanto não revista, reformada ou invalidada, em razão de ação proposta, em até três anos, por qualquer das partes.
28. Caroline e Fábio foram casados por doze anos. Ao longo do relacionamento tiveram um filho, Daniel. Após descobrir uma traição, Caroline e Fábio se divorciaram. Fábio deixou de contribuir para a educação e o sustento de seu filho, razão pela qual Daniel, representado por sua mãe, propôs ação de alimentos em face do seu pai. A ação foi julgada procedente, condenando Fábio a pagar o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais mensais). Inconformado, Fábio interpôs apelação. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) não é possível realizar o cumprimento da sentença, uma vez que ainda não houve o trânsito em julgado.
  - (B) caso seja proposto o cumprimento da sentença, Fábio poderá apresentar embargos à execução.
  - (C) caso a sentença que condenou Fábio ao pagamento dos alimentos for modificada ou anulada apenas em parte, ficará integralmente sem efeito a execução.
  - (D) é possível realizar o cumprimento de sentença, sendo certo que corre por iniciativa e responsabilidade de Daniel, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar eventuais danos que Fábio haja sofrido.
  - (E) sobrevindo decisão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituem-se as partes ao estado anterior e liquidam-se eventuais prejuízos em autos apartados.
29. No que diz respeito ao filtro da relevância inserido nos Recursos Especiais, assinale a alternativa correta.
- (A) O Tribunal pode não conhecer o recurso especial em razão da ausência de relevância pela manifestação de 2/5 (dois quintos) dos membros do órgão competente para o julgamento.
  - (B) O recorrente deve demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso a fim de que a admissão do recurso seja examinada pelo Tribunal.
  - (C) Resta demonstrada a relevância nas hipóteses em que o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores.
  - (D) Não haverá relevância nas ações penais ou de improbidade administrativa.
  - (E) Haverá relevância nas ações cujo valor da causa não ultrapasse 300 (trezentos salários-mínimos).
30. Há excesso de execução quando
- (A) o exequente pleiteia quantia superior à do valor da causa.
  - (B) ela recai sobre a coisa declarada no título, acrescida de correção monetária, se este representar obrigação de pagar quantia certa.
  - (C) ela se processa de modo diferente do que foi determinado no título.
  - (D) o exequente, antes ou depois de cumprida a prestação que lhe corresponde, exige o adimplemento da prestação do executado.
  - (E) o exequente prova, salvo se mediante instrumento público que a condição ou termo se realizou.

31. Assinale a alternativa que apresenta característica do Juizado Especial da Fazenda Pública.

- (A) Prazo diferenciado apenas para a apresentação de contestação e interposição de recursos.
- (B) A citação para a audiência de conciliação deve ser efetuada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- (C) Os representantes judiciais da Fazenda Pública presentes à audiência poderão conciliar e transigir, mas não poderão desistir dos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente de Federação.
- (D) A competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública é absoluta nos foros onde estiverem instalados.
- (E) Haverá reexame necessário para as causas cujo valor seja superior a 20 salários-mínimos.

### DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

32. Os interesses ou direitos objetivamente indivisíveis, de que seja titular grupo, classe ou categoria de pessoas, ligadas entre si ou com a parte contrária por um vínculo jurídico base e, por tal razão, determináveis são características dos direitos

- (A) individuais.
- (B) difusos.
- (C) coletivos.
- (D) individuais indisponíveis.
- (E) individuais homogêneos.

33. O artigo 83, do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, estabelece que: "Para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela". Assinale a alternativa que apresenta o princípio da tutela coletiva consagrado pelo referido artigo.

- (A) Máxima efetividade da tutela coletiva.
- (B) Devido processo coletivo.
- (C) Universalidade da jurisdição.
- (D) Prioridade da tutela coletiva.
- (E) Disponibilidade motivada.

34. Dispõe a lei do Saneamento Básico, Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que o titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto

- (A) definir os parâmetros a serem adotados para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água, exceto quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público.
- (B) prestar diretamente ou indiretamente os serviços e definir, apenas no caso de prestação indireta, a entidade responsável pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.
- (C) implementar sistema de informações sobre os serviços públicos de saneamento básico, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), observadas a metodologia e a periodicidade estabelecidas pelo município responsável.
- (D) elaborar os planos de saneamento básico, bem como estabelecer metas e indicadores de desempenho e mecanismos de aferição de resultados, a serem recomendavelmente observados na execução dos serviços prestados.
- (E) intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nas hipóteses e nas condições previstas na legislação e nos contratos.

35. De acordo com a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, assinale a alternativa correta acerca da supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo.

- (A) É permitida a conversão de vegetação nativa para uso alternativo do solo no imóvel rural que possuir área abandonada.
- (B) No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas do mesmo bioma onde ocorreu a supressão.
- (C) Nas áreas passíveis de uso alternativo do solo, a supressão de vegetação que abrigue espécie da flora ou da fauna ameaçada de extinção é vedada.
- (D) A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo abrange apenas as áreas de domínio privado e dependerá de prévia autorização do órgão estadual competente do Sisnama.
- (E) Para o requerimento de autorização de supressão basta apenas a informação que contenha a localização do imóvel, das Áreas de Preservação Permanente, da Reserva Legal e das áreas de uso restrito, por coordenada geográfica, com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel.

36. “A esposa é responsável pelo imposto de renda relativo aos rendimentos declarados pelo marido, quando tenham declarado conjuntamente o imposto.”

Pode-se afirmar, com base nas normas gerais de direito tributário e na jurisprudência nacional, que essa afirmação é

- (A) correta, pois o interesse comum na situação originária da tributação faz incidir as regras relativas à solidariedade tributária.
- (B) correta, pois o casamento torna marido e mulher corresponsáveis pelos impostos devidos por cada um em relação aos seus rendimentos individuais.
- (C) incorreta, pois a mera declaração conjunta não faz surgir a solidariedade entre marido e esposa em relação aos impostos devidos por cada um.
- (D) incorreta, pois os casos de solidariedade tributária estão exaustivamente descritos na legislação ordinária, não sendo a situação descrita uma das hipóteses válidas.
- (E) incorreta, pois a responsabilidade na situação comporta benefício de ordem, sendo apenas subsidiária.

37. A empresa “A” deixou de reter e recolher o imposto de renda incidente sobre verbas salariais específicas pagas a Fulano de Tal, o qual não declarou tais rendas na declaração de ajuste anual. Identificado tal fato, o Fisco cobrou de Fulano de Tal os valores relativos ao imposto de renda, bem como juros e multa devidos pelo atraso. Com base nesta situação hipotética e na legislação e jurisprudência tributária nacionais, é correto afirmar que

- (A) o Fisco agiu errado, pois o valor integral do principal, juros e multa deveria ter sido cobrado da empresa, a quem cabia a retenção do imposto.
- (B) o Fisco agiu corretamente, pois a responsabilidade pela retenção e pagamento do imposto não retira a condição de contribuinte do titular da renda recebida sem desconto.
- (C) o Fisco agiu errado, pois apenas o valor relativo ao principal deveria ter sido cobrado de Fulano, cobrando-se a empresa pelo valor dos juros e da multa.
- (D) o Fisco agiu errado, pois apenas o valor relativo ao principal e os juros deveria ter sido cobrado de Fulano, cobrando-se a empresa pelo valor da multa.
- (E) o Fisco agiu corretamente, pois a não retenção do imposto pela empresa impede que ela possa vir a ser cobrada.

38. A Prefeitura do Município “X” decidiu instalar banheiros públicos pela cidade, como forma de atender à população em geral e em especial aos moradores de rua. Para financiar a iniciativa e custear a manutenção e a limpeza dos novos equipamentos públicos, a Prefeitura decidiu criar taxa, no limite do valor necessário à cobertura das despesas esperadas, cobrada de todos os moradores da Cidade, independentemente do uso efetivo dos novos banheiros por cada morador, e instituir isenção da taxa para moradores de rua. A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) a taxa não precisaria estar limitada ao custo esperado de instalação e manutenção do serviço público inaugurado.
- (B) a Prefeitura pode cobrar a taxa dos moradores em geral, pois as taxas podem ser cobradas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos.
- (C) não é possível a instituição da isenção de taxa pela Prefeitura, pois as taxas seguem lógica de justiça comutativa e não de justiça distributiva.
- (D) a manutenção dos novos equipamentos públicos deveria ter sido financiada por meio da instituição de contribuição de melhoria e não de taxa.
- (E) a Prefeitura não pode cobrar taxa dos moradores que não são usuários dos novos equipamentos, pois não se trata de serviço público de uso compulsório.

39. A empresa ABC Ltda. declarou imposto devido sujeito a lançamento por homologação, mas, por falta de recursos, não fez o pagamento dentro do vencimento. Antes da inscrição do débito em dívida ativa, a empresa fez o pagamento do valor do principal da dívida e também dos juros, mas discordou da incidência de multa moratória, por considerar que o pagamento antes de qualquer fiscalização daria ensejo à chamada “denúncia espontânea”. A respeito da situação hipotética descrita, é correto afirmar que

- (A) o benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
- (B) o instituto da denúncia espontânea, via de regra, não afasta a responsabilidade por infrações, de modo que a multa permaneceria exigível na situação.
- (C) o pagamento feito pela empresa foi equivocado, pois a denúncia espontânea afastaria a aplicação de multa e também de juros sobre o débito confessado.
- (D) a situação descrita não remete ao instituto da denúncia espontânea, pois este apenas tem aplicação no caso de tributos sujeitos ao lançamento de ofício.
- (E) o não pagamento em virtude da ausência de recursos afasta o dolo da empresa, sendo suficiente para a não aplicação de multa diante da confissão do débito por meio de declaração.

40. A lei tributária do estado "X" trata como infração sujeita à multa a não entrega mensal de declaração relativa a fatos geradores sujeitos a imposto estadual realizados no respectivo período de apuração. A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) a obrigação de pagamento de eventual multa em decorrência da não entrega da declaração corresponde à obrigação tributária de natureza acessória.
  - (B) o estabelecimento de multa por descumprimento de obrigação tributária acessória não depende de lei em sentido estrito.
  - (C) a lei não pode estipular a acumulação da multa por cada mês de ausência da declaração, por representar tal acumulação desrespeito ao princípio tributário do *non bis in idem*.
  - (D) eventual lei que deixe de definir como infração a não entrega da declaração terá aplicação retroativa em relação a atos ainda não devidamente julgados.
  - (E) o princípio do "não confisco" não abarca os valores relativos às multas de natureza tributária, limitando apenas o valor do principal dos tributos.
41. A empresa XYZ S/A ingressou com recurso administrativo contra lançamento de ofício realizado pelo Fiscal municipal em janeiro de 2015. Em janeiro de 2016, o recurso foi indeferido, encerrando a fase administrativa. Em maio de 2016, o débito foi inscrito em dívida ativa municipal, tendo a procuradoria municipal proposto a ação de execução fiscal em julho de 2016. Por motivos pontuais e inerentes ao mau funcionamento do sistema de justiça, a empresa XYZ S/A foi citada apenas em agosto de 2022. A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) a demora na citação por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça não justifica o acolhimento da arguição da prescrição.
  - (B) ocorreu no caso a decadência intercorrente do crédito tributário por decurso do prazo de 5 (cinco) anos entre a proposição da execução e a citação do devedor.
  - (C) ocorreu no caso a prescrição intercorrente do crédito tributário por decurso do prazo de 5 (cinco) anos entre a proposição da execução e a citação do devedor.
  - (D) o reconhecimento da prescrição no caso dependerá da sua arguição como matéria de defesa pelo devedor.
  - (E) o reconhecimento da decadência no caso dependerá da sua arguição como matéria de defesa pelo devedor.
42. Tito Lívio alterou nota fiscal com o objetivo de suprimir o pagamento do imposto municipal sobre serviços. A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal que
- (A) eventual parcelamento do tributo devido extingue a punibilidade da conduta para fins penais, mas não para fins tributários.
  - (B) o pagamento do tributo fraudulentamente suprimido não extingue a punibilidade da conduta se realizado após a apresentação da denúncia por crime contra a ordem tributária.
  - (C) não se tipifica o crime material contra a ordem tributária relativo à conduta citada antes do lançamento definitivo do tributo.
  - (D) eventual parcelamento do tributo suspende a pretensão punitiva quando realizado a qualquer tempo, ainda que após o recebimento da denúncia pelo juiz.
  - (E) a existência de eventual impugnação contra autuação realizada pelo Fisco em decorrência da fraude não impede a punição pelo crime praticado.
43. Sabendo-se que o ITCMD é um imposto estadual sujeito ao lançamento por declaração, em caso de doação não oportunamente declarada ao Fisco estadual este tem o seguinte prazo para o lançamento de ofício do crédito tributário:
- (A) quatro anos a partir da ocorrência do fato gerador, isto é, da ocorrência da doação.
  - (B) cinco anos a partir do momento em que a doação se tornasse do conhecimento da Administração Tributária.
  - (C) cinco anos a partir da ocorrência do fato gerador, isto é, da ocorrência da doação.
  - (D) cinco anos a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que a doação se tornasse do conhecimento da Administração Tributária.
  - (E) cinco anos a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido realizado, observado o fato gerador.

- 44.** A respeito do histórico dos precatórios judiciais como um desafio para as finanças públicas no Brasil é correto afirmar que:
- (A) o problema teve início com o advento da Constituição de 1967, que passou ao Poder Judiciário o poder de organizar os pagamentos dos precatórios judiciais.
  - (B) a declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62 deixou um vácuo temporário nas regras para pagamento de dívidas históricas com precatórios judiciais.
  - (C) o Poder Judiciário passou a ter autoridade para o sequestro de valores administrados pelo Poder Executivo em caso de não pagamento de precatórios com o advento da Constituição de 1824.
  - (D) os seguidos refinanciamentos da dívida decorrente de precatórios judiciais é consistente com os primados da segurança jurídica e da dignidade da pessoa humana, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
  - (E) a ideia de responsabilidade civil do Estado, que dá origem à noção de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública era desconhecida do direito brasileiro até o advento da Constituição de 1946.
- 45.** Conforme determina a Resolução nº 303 do Conselho Nacional de Justiça:
- (A) o regime de liquidação estabelecido nesta Resolução se aplica aos valores devidos pelos Conselhos de Fiscalização e pelas empresas estatais que executam atividades em regime de concorrência ou que distribuam lucro entre seus acionistas.
  - (B) é permitida a expedição de precatório complementar de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total no limite das requisições de pequeno valor.
  - (C) será requisitada mediante precatório a parcela do valor da execução quando o total devido ao beneficiário superar o montante definido como obrigação de pequeno valor.
  - (D) o ofício precatório será expedido pelo juízo da execução ao ente devedor, de forma padronizada e contendo elementos que permitam aferir o momento de sua apresentação.
  - (E) tratando-se de ação coletiva, os honorários de sucumbência serão considerados individualmente em relação a cada interessado para efeito de definição da modalidade de requisição.
- 46.** Conforme estabelece a Constituição Federal, cabe ao Senado Federal dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal. A esse respeito é correto afirmar, com base nas Resoluções aprovadas pelo Senado relativas à matéria, que:
- (A) o limite ao endividamento de estados e municípios é único e corresponde a 2 vezes a receita corrente líquida.
  - (B) os municípios possuem limite de endividamento equivalente a 1,5x a receita líquida real.
  - (C) o consórcio público pode ter como único objetivo a contratação de operação de crédito do interesse dos seus fundadores.
  - (D) não equivale à operação de crédito o parcelamento de débitos preexistentes junto a instituições não-financeiras que não impliquem elevação da dívida consolidada líquida.
  - (E) assunção de obrigação, com autorização orçamentária, com fornecedores, para pagamento a posteriori de bens e serviços equipara-se a operação de crédito.
- 47.** Está(ão) fora do âmbito de aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal:
- (A) as organizações sociais que firmem contrato de gestão com a Administração Pública Municipal, Estadual, Distrital ou Federal.
  - (B) as autarquias federais que firmem contrato de gestão com a Administração Pública Municipal, Estadual, Distrital ou Federal.
  - (C) as fundações públicas que firmem contrato de gestão com a Administração Pública Municipal.
  - (D) as empresas controladas por estados da Federação que firmem contrato de gestão em que se estabeleçam objetivos e metas de desempenho.
  - (E) as empresas estatais dependentes do Tesouro Municipal, Estadual ou Federal, entendidas como aquelas que recebam recursos públicos para o seu custeio.
- 48.** “Instrumento de organização da atuação governamental. Articula um conjunto de ações que concorrem à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.” É correto afirmar que o trecho transcrito refere-se, no contexto do direito financeiro, à definição de:
- (A) categoria econômica.
  - (B) restos a pagar.
  - (C) projeto orçamentário.
  - (D) área temática.
  - (E) programa.

49. Quando, iniciada a execução, o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente houve
- (A) tentativa; punida, salvo disposição em contrário, com a pena correspondente ao crime consumado.
  - (B) tentativa; punida, salvo disposição em contrário, com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
  - (C) crime impossível por ineficácia absoluta do meio; que não é punido por expressa disposição legal.
  - (D) crime impossível por impropriedade absoluta do objeto; que não é punido por expressa disposição legal.
  - (E) erro de execução; que permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
50. O crime de associação criminosa, nos termos do art. 288 do CP configura-se com a associação de
- (A) qualquer número de pessoas, para o fim específico de cometer crimes, e tem pena aumentada se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.
  - (B) no mínimo quatro ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes ou contravenções, e tem pena aumentada se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.
  - (C) no mínimo quatro ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes ou contravenções, e tem pena aumentada se a associação é armada.
  - (D) no mínimo três ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes, e tem pena aumentada se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.
  - (E) no mínimo duas ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes ou contravenções, e tem pena aumentada se houver a participação de criança ou adolescente.
51. É elemento do tipo do crime de “emprego irregular de verbas ou rendas públicas”
- (A) favorecer licitante.
  - (B) beneficiar-se ou beneficiar a terceiros.
  - (C) utilizar-se das verbas ou rendas em proveito próprio.
  - (D) aceitar promessa de vantagem para facilitar o emprego irregular.
  - (E) aplicar as verbas ou rendas em desconformidade com o que é estabelecido em lei.

52. Dispõe o art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente que é crime “corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la.” Assinale a alternativa que apresenta o entendimento sumulado pelo STJ com relação a esse crime.
- (A) A corrupção de menores é crime habitual e que, portanto, não se configura com uma única conduta.
  - (B) Não há crime se o menor já era corrompido, o que se pode comprovar pela existência de antecedentes infracionais.
  - (C) A configuração do crime independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.
  - (D) Não se configura o crime de corrupção de menores se a infração penal da qual o menor iria participar não se consuma.
  - (E) A mera indução à prática de infração penal não configura ilícito, devendo o menor, ao menos, iniciar sua execução.
53. O art. 38 do CPP estabelece: “salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.” Como o CP trata a matéria?
- (A) De modo idêntico, contudo, não cita literalmente o representante legal e acrescenta que a disposição contrária deve ser expressa.
  - (B) De modo idêntico, contudo, estabelece que a instauração de inquérito policial suspende o decurso do prazo.
  - (C) De modo semelhante com relação à representação e estabelecendo o prazo de 3 meses para o direito de queixa.
  - (D) De modo semelhante com relação à queixa e estabelecendo o prazo de 3 meses para o direito de representação.
  - (E) De modo semelhante, contudo, estabelece que o prazo se inicia a partir do momento do fato, independentemente da ciência do ofendido sobre sua autoria.

**54.** A respeito do acordo de não persecução penal, previsto no artigo 28-A, do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) É de aplicação obrigatória para crimes que não envolvam violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a quatro anos.
- (B) Tem por condição a prestação de serviços à comunidade por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, não se considerando as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto.
- (C) Não tem aplicação aos crimes praticados no âmbito doméstico ou contra idoso, criança e adolescente.
- (D) Nos crimes processáveis por ação penal pública condicionada; a celebração do acordo com o investigado depende da concordância expressa da vítima.
- (E) O descumprimento do acordo de não persecução penal por parte do investigado poderá ser utilizado como justificativa pelo Ministério Público para eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

**55.** Tendo em conta as disposições constantes do Código de Processo Penal, a respeito das medidas assecuratórias, é correto dizer que

- (A) o sequestro é cabível tanto para bens móveis como imóveis, podendo recair em qualquer bem do acusado e não apenas sobre os adquiridos com recursos provenientes da prática delitiva, para garantir a reparação decorrente da prática delitiva.
- (B) o sequestro de bens do acusado não tem cabimento na fase de inquérito policial, podendo ser decretado pelo Juiz, inclusive de ofício, mas se já iniciada a ação penal.
- (C) decretado o sequestro, é possível oposição de embargos pelo acusado, desde que seja prestada caução que assegure a reparação do dano decorrente da prática delitiva.
- (D) o Juiz poderá autorizar a utilização de bem sequestrado ou sujeito a qualquer medida assecuratória pelos órgãos de segurança pública previstos no art. 144 da CF para o desempenho de suas atividades, constatado o interesse público.
- (E) a hipoteca legal é exclusiva para bens imóveis do acusado, podendo ser decretada de ofício pelo Juiz somente na fase de ação penal.

**56.** Sobre as medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Podem ser decretadas de ofício pelo Juiz na fase processual e a requerimento das partes ou representação da autoridade policial na fase investigativa.
- (B) Em hipótese de descumprimento de qualquer medida cautelar imposta, o Juiz poderá, de ofício ou a requerimento, substituir a medida, impor outra em cumulação ou mesmo decretar a prisão preventiva.
- (C) Constatada a falta de motivo para que subsista, o Juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar decretada ou substituí-la por outra, podendo voltar a decretá-la, se sobrevier razões que a justifiquem.
- (D) Somente serão aplicadas a crimes que sejam apenados com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos.
- (E) Somente serão aplicadas a crimes dolosos que sejam apenados com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos.

**57.** Sobre a Lei de Organização Criminosa, assinale a alternativa correta.

- (A) Os meios de obtenção de provas nela previstos são taxativos, não sendo possível qualquer outro nela não enumerado, ainda que previsto em legislação diversa.
- (B) A interceptação de comunicação telefônica e telemática é por ela regulada, com previsões próprias, não se aplicando as regras da legislação específica.
- (C) No acordo de colaboração premiada, desde o início das tratativas, a presença do advogado constituído ou defensor público é obrigatória.
- (D) O colaborador premiado beneficiado com o não oferecimento de denúncia não poderá ser ouvido em juízo.
- (E) A infiltração de agentes em tarefas de investigação tem cabimento tanto na fase de inquérito policial quanto na fase de ação penal, não podendo, contudo, ser decretada de ofício pelo Juiz.

58. A respeito do procedimento para apurar as infrações previstas na Lei de Drogas, é correto dizer que

- (A) o interrogatório do réu é o primeiro ato da instrução processual, seguido da oitiva das testemunhas, com previsão expressa, na lei, das alegações finais apresentadas, em regra, na forma de memórias, por escrito.
- (B) ao crime previsto no art. 28 da Lei de Drogas aplicar-se-á o procedimento do Juizado Especial Criminal, excepcionadas as hipóteses de concurso com os artigos 33 a 37, do mesmo diploma legal.
- (C) o Ministério Público, ao ofertar denúncia, pode arrolar até 05 (cinco) testemunhas; já a defesa, na defesa prévia, pode arrolar até 08 (oito) testemunhas.
- (D) por determinação judicial, inclusive de ofício, é possível a apreensão de bens, direitos e valores quando houver suspeita de serem produto de crimes previstos na Lei de Drogas.
- (E) por expressa vedação constante da Lei de Drogas não se aplica aos crimes nela tipificados o art. 366, do CPP, que prevê a suspensão do processo e do prazo prescricional se o réu, citado por edital, não comparece e nem constitui advogado.

#### **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

59. O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é regido por dois vetores fundamentais: o caráter contributivo e a solidariedade. A respeito desses princípios, é correto afirmar que

- (A) a solidariedade impõe que o financiamento do RPPS não tenha como contrapartida necessária a previsão de prestações específicas ou proporcionais em favor do contribuinte.
- (B) o caráter contributivo implica que a concessão dos benefícios previdenciários pelo RPPS seja condicionada ao recolhimento de contribuições por um período mínimo de 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (tinta) anos, se mulher.
- (C) a solidariedade determina que o benefício previdenciário não contemplado no RPPS a que se vincula o servidor seja garantido por regime de previdência complementar.
- (D) o caráter contributivo exige que os gastos do RPPS em determinado ano sejam equivalentes à arrecadação efetuada pelo ente gestor ao longo do mesmo ano.
- (E) a solidariedade autoriza a incidência de contribuições previdenciárias sobre proventos de aposentadoria e pensões.

60. Em julho do presente ano, durante suas férias, um empregado público contratado pelo Município de Marília desde 2002 sofreu grave acidente que o incapacitou permanentemente para o trabalho. Nessas circunstâncias, caberá ao

- (A) Regime Próprio de Previdência Social conceder-lhe aposentadoria por invalidez, com proventos equivalentes ao valor da remuneração percebida pelo servidor no momento da inativação.
- (B) Regime Geral de Previdência Social conceder-lhe aposentadoria por invalidez, com proventos equivalentes ao valor da remuneração percebida pelo servidor no momento da inativação.
- (C) Regime Próprio de Previdência Social conceder-lhe aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais ao valor da remuneração percebida pelo servidor no momento da inativação.
- (D) Regime Geral de Previdência Social conceder-lhe aposentadoria por invalidez, com proventos equivalentes a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.
- (E) Regime Próprio de Previdência Social conceder-lhe aposentadoria por invalidez, com proventos equivalentes a 60% (sessenta por cento) do salário-de-benefício.

61. A respeito de lei ordinária municipal que venha a fixar a alíquota da contribuição previdenciária devida pelos servidores vinculados ao respectivo Regime Próprio de Previdência Social em 17% (dezessete por cento), é correto afirmar que será reputada

- (A) inconstitucional, pois compete à União, por meio de lei complementar, fixar a alíquota das contribuições previdenciárias devidas pelos servidores públicos federais, estaduais, distritais e municipais.
- (B) inconstitucional, pois compete aos Estados, por meio de lei ordinária, fixar a alíquota das contribuições previdenciárias devidas pelos servidores públicos estaduais e municipais.
- (C) constitucional, pois compete aos Municípios, por meio de lei ordinária, fixar a alíquota das contribuições previdenciárias devidas por seus servidores.
- (D) inconstitucional, pois a alíquota das contribuições previdenciárias devidas pelos servidores públicos municipais não poderá exceder a alíquota fixada para os servidores públicos federais.
- (E) inconstitucional, pois as contribuições previdenciárias devidas por servidores públicos municipais devem ser cobradas segundo alíquotas regressivas.

- 62.** Atualmente, o rol de benefícios previdenciários dos regimes próprios de previdência social fica limitado a
- (A) aposentadorias e pensões por morte.
  - (B) aposentadorias, pensões por morte e licença-maternidade.
  - (C) aposentadorias, pensões por morte, licença-maternidade e auxílio-saúde.
  - (D) aposentadorias, pensões por morte, licença-maternidade, auxílio-saúde e auxílio-reclusão.
  - (E) aposentadorias, pensões por morte, licença-maternidade, auxílio-saúde, auxílio-reclusão e auxílio-funeral.
- 63.** João foi casado com Maria por dezessete anos. Desse enlace, nasceram três filhos: Pedro, universitário, de 23 (vinte e três) anos; Ana, de 15 (quinze) anos; José, de 6 (seis) anos de idade. João e Maria estavam separados de fato quando ele veio a falecer, em novembro de 2022. Diante disso, é correto afirmar, à luz da legislação de regência, que farão jus à pensão por morte legada por João:
- (A) Pedro, Ana, José e Maria, independentemente de comprovação de dependência econômica em relação ao falecido.
  - (B) Ana e José; Pedro e Maria apenas terão direito ao benefício se comprovarem dependência econômica em relação ao falecido.
  - (C) Ana e José; Maria apenas terá direito ao benefício se comprovar dependência econômica em relação ao falecido.
  - (D) Pedro, Ana e José, apenas.
  - (E) Ana e José, apenas.
- 64.** O artigo 40 da Constituição da República fixa requisitos diferenciados para a concessão de aposentadoria voluntária a
- (A) servidores com deficiência comprovada por laudo médico oficial.
  - (B) professores que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
  - (C) servidores de categoria profissional que exija exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes.
  - (D) guardas civis que comprovem efetivo exercício de atividade de risco.
  - (E) servidores que tenham se tornado permanentemente incapazes para o trabalho em decorrência de moléstia profissional.

- 65.** Quanto aos institutos do plebiscito e referendo, assinale a alternativa correta.
- (A) O plebiscito é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.
  - (B) O referendo é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.
  - (C) O plebiscito e o referendo são convocados mediante lei ordinária, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional.
  - (D) A formação de novos Estados ou Territórios Federais depende da aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito e do Congresso Nacional, por lei complementar, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas.
  - (E) Plebiscito e referendo são convocados com posterioridade a ato legislativo, cabendo ao cidadão, pelo voto, aprovar o ato.
- 66.** Assinale a alternativa correta que contém entendimento sumulado pelo TSE.
- (A) A União é parte ilegítima para requerer a execução de astreintes, fixada por descumprimento de ordem judicial no âmbito da Justiça Eleitoral.
  - (B) Os prazos de inelegibilidade previstos nas alíneas j e h do inciso I do art. 1º da LC nº 64/90 têm termo inicial no dia do primeiro turno da eleição e termo final no dia de igual número no quinto ano seguinte.
  - (C) O encerramento do prazo de inelegibilidade antes do dia da eleição constitui fato superveniente que afasta a inelegibilidade, nos termos do art. 11, § 10, da Lei nº 9.504/97.
  - (D) Admite-se o recurso especial eleitoral mesmo quando a questão suscitada não foi debatida na decisão recorrida e não foi objeto de embargos de declaração.
  - (E) Cabe recurso ordinário sem efeito suspensivo em hipóteses de cassação ou perda de mandatos eletivos.

67. Assinale a alternativa correta no tocante aos partidos políticos, segundo o disposto na Lei nº 9.096/95.

- (A) A filiação partidária independe de estar o eleitor no pleno gozo de seus direitos políticos.
- (B) Para desligar-se do partido, basta que o filiado faça comunicação escrita ao órgão de direção municipal do partido.
- (C) Considera-se justa causa para a desfiliação partidária a mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário.
- (D) Não perde automaticamente a função ou cargo que exerça o parlamentar que deixar o partido sob cuja legenda tenha sido eleito.
- (E) A intenção de desligar-se do partido dirigida à autoridade judicial da Zona Eleitoral é ato suficiente para a desfiliação partidária.

### LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

68. Tertuliano foi eleito vereador e deverá assumir o mandato eletivo no prazo estabelecido pela Lei Orgânica do Município de Marília. Todavia, ele não tem certeza de quando terá que tomar a posse e, ainda, está adoentado, o que, talvez, poderá impedi-lo de estar presente na sessão solene da Câmara que dará a posse aos vereadores eleitos. Assim, nessa situação hipotética, considerando que o prazo de sua posse será contado da data do início do funcionamento normal da Câmara, é correto afirmar que Tertuliano terá que tomar posse no prazo de

- (A) quinze dias, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.
- (B) quinze dias, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria simples dos membros da Câmara.
- (C) quinze dias, prorrogáveis por mais quinze dias, salvo motivo justo, aceito pelo voto de dois terços dos membros da Câmara.
- (D) trinta dias, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.
- (E) trinta dias, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pelo voto de dois terços dos membros da Câmara.

69. Assinale a alternativa que está em consonância com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Marília.

- (A) As Comissões Especiais serão constituídas a requerimento escrito e apresentado por qualquer vereador, que dispensará a deliberação do Plenário, e terão suas finalidades especificadas no requerimento que as constituir.
- (B) As Comissões Especiais serão compostas de, no mínimo, 3 (três) membros, cabendo ao presidente da câmara designar os vereadores que devam constituí-las, bem como o seu presidente.
- (C) As Comissões Especiais poderão ter função de representação em atos externos de caráter social por decisão do seu presidente, a requerimento de pelo menos dois de seus membros.
- (D) As Comissões Especiais cessarão as suas funções quando finalizadas as deliberações sobre o objeto proposto, mas, por decisão do plenário, poderão ser transformadas em comissão permanente.
- (E) Os vereadores que forem designados pelo presidente da Câmara ou por deliberação do Plenário para compor comissão especial receberão gratificação parlamentar de participação extraordinária.

70. Segundo o Código de Administração Municipal, sobre as diversas formas de provimento dos cargos públicos, é correto afirmar que

- (A) a reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado, tendo ele direito ao mesmo valor de remuneração, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial, sem ressarcimento de eventuais vantagens pretéritas.
- (B) o servidor que estiver ocupando cargo objeto da reintegração será exonerado ou colocado em disponibilidade sem remuneração, salvo se ocupava outro cargo, sendo a este reconduzido, com direito a indenização ou aproveitado em outro cargo.
- (C) o reaproveitamento é o retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado, em virtude de inabilitação em estágio probatório decorrente de nomeação para ocupar cargo público ou reintegração do anterior ocupante.
- (D) o reaproveitamento de servidores que se encontrarem em disponibilidade há mais de 6 (seis) meses dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental por junta médica.
- (E) a reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando por junta médica oficial foram declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria, não podendo reverter o aposentado que contar 60 (sessenta) ou mais anos de idade.





